

Ganhos e perdas na crise recente*

*Flávio Benevett Fligenspan***

A cautela com que a maioria dos analistas recebeu os números positivos dos primeiros meses do ano mostrou, logo em maio, o acerto de sua interpretação. Com efeito, não foi grande o entusiasmo ao se tomar conhecimento de que o PIB industrial crescera 4,47% no primeiro trimestre de 1992 frente a igual período do ano anterior, tampouco se comemorou o expressivo crescimento do Indicador do Nível de Atividade (INA) mensal da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) nos quatro primeiros meses do ano. Os próprios empresários paulistas mostraram-se reticentes quanto aos resultados, tanto em relação aos números em si, quanto às projeções que os mesmos pudessem indicar. Nem mesmo a sucessão de taxas acumuladas em períodos de 12 meses, que também se mostravam ascendentes, foi suficiente para retirar o ar de dúvida sobre a possibilidade de se ter batido no fundo da recessão e se voltar a ter expansões consistentes da produção industrial.

A questão que se coloca a partir dessa primeira constatação é a seguinte: quais os motivos desse pequeno entusiasmo diante dos números positivos? Um dos argumentos da resposta diz respeito à tradicional questão estatística embutida nesse tipo de avaliação, qual seja, deve-se examinar a base de comparação para o período estudado. Se, como no caso, se verifica uma base deprimida, um número positivo não é muito significativo. Uma segunda parte da resposta, que transcende os aspectos estatísticos, é a contínua queda absoluta do número de empregados na indústria de transformação¹. É certo que as empresas têm implementado programas de reorganização da produção que são poupadores de mão-de-obra,² mas a disparidade não desprezível das variações da produção e do emprego industrial respalda o ceticismo antes mencionado. Para tornar mais clara a importância da diminuição do pessoal ocupado e o descompasso em relação ao aumento recente da produção, basta verificar que, nos últimos 12 meses, a indústria paulista eliminou 141.000 postos de trabalho e que a maior parte desse contingente, 102.000, foi dispensada no primeiro semestre de 1992, justamente quando se constatou o aumento da produção. Por outro lado e como último ponto da resposta à questão anteriormente formulada, não há nenhum indicador

* Este texto, elaborado com informações disponíveis até 04.07.92, contou com a colaboração do estagiário da FEE André Passos Cordeiro.

** Economista da FEE e Professor da UFRGS.

¹ Devido à greve do IBGE, aqui e em diversas partes deste texto, foi necessário utilizar os dados do emprego da FIESP como representativos dos da indústria brasileira.

² Esse tema será melhor examinado a seguir.

de sustentação do crescimento verificado. Veja-se que as taxas de crescimento da produção de bens de capital ainda são significativamente negativas, contrastando com as das demais categorias de uso e demonstrando a falta de confiança das empresas.³

De qualquer forma e independentemente da questão acima tratada, é inequívoca a afirmação de que as vendas externas foram responsáveis por boa parte do incremento da produção constatado em alguns setores. O tradicional movimento de se voltar para o mercado externo quando o interno se mostra contraído tem sido cada vez mais importante e, mais do que isso, tem adquirido um caráter permanente, no sentido do estabelecimento de laços comerciais não somente de curto prazo, mas, sim, da tentativa de manter os espaços conquistados. É isso que tem se verificado em setores que alcançaram, nos últimos anos, nível tecnológico suficiente para disputar o mercado externo, seja em relação à qualidade do produto, seja em relação à produtividade. Esse é o caso de alguns produtos siderúrgicos, como ferro-gusa e laminados, e dos calçados, celulose, pneus e automóveis, entre outros.

No que concerne à indústria automobilística, é possível ter uma medida clara de quanto representou o incremento das exportações na sustentação dos níveis de produção. Nos primeiros cinco meses do ano, a produção cresceu 19,30%, elevando-se à casa das 376.000 unidades, com exportações de nada menos que um terço desse total e um incremento de 107% sobre a quantidade exportada no ano anterior, o que rendeu quantia pouco superior a US\$ 1 bilhão. Evidentemente, essa participação das vendas externas na produção só não foi maior em função do acordo para rebaixamento de preços dos automóveis, que vigorou durante o segundo trimestre do ano e também foi responsável pela elevação da produção média mensal ao nível das 75.000 unidades. Não fora o sucesso do acordo, recentemente renovado, a produção total seria menor, e o peso das exportações, ainda maior.

A produtividade da indústria no Governo Collor

No número anterior desta publicação, já se havia chamado atenção para a evolução da produção e do emprego na indústria de transformação brasileira durante os dois primeiros anos do Governo Collor. Observava-se ali que essas duas variáveis apresentaram decréscimos em 1990 e 1991, mas com a peculiaridade de inverterem posições nesses anos. Assim, o emprego caiu menos que a produção em 1990 e mais que a produção em 1991, a ponto de, no biênio, chegar-se a diminuições muito semelhantes e próximas dos 10% para as duas variáveis, o que acarretou uma variação de produtividade quase nula.⁴ Estendendo essa verificação para a chamada "década perdida", constatavam-se ainda ganhos de produtividade para o total da indústria, que ocorreram principalmente no período 1987-89, quando houve queda do emprego e pequeno aumento da produção.

³ A diminuição da produção de bens de capital, no primeiro trimestre do ano, foi de 6,90% e, considerando-se os últimos 12 meses até março, de 5,10%. Todas as demais categorias de uso tiveram crescimento da produção nos mesmos períodos.

⁴ É certo que, na medida em que se avaliaram as variações de produtividade (Tabela 1), tomando-se as variações da produção brasileira e do emprego paulista, algumas distorções devem ter sido geradas. No entanto a construção de uma tabela auxiliar, com os dados somente da indústria paulista, mostrou variações muito semelhantes às da Tabela 1 para a maioria dos gêneros, nos diversos períodos analisados.

Esse tipo de análise suscitou uma investigação semelhante, porém aberta por gêneros, para o período recessivo recente, desde o início do Governo Collor. A Tabela 1, que resume as variações do emprego e da produção na forma de variações da produtividade, permite algumas observações importantes. Em primeiro lugar, o ano de 1990 reproduz para todos os gêneros, com exceção de produtos alimentares, o que já se tinha concluído para o total da indústria de transformação, isto é, que houve quedas de produtividade derivadas de quedas expressivas da produção e não tão intensas do emprego. Também em 1991 reaparece ao nível dos gêneros, com exceção de mecânica, o movimento anteriormente detectado, de aumento de produtividade, advindo de diminuições do emprego mais importantes que as da produção.

Tabela 1

Taxa de variação anual da produtividade na indústria de transformação brasileira — 1990/92

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	MINERAIS NÃO-METÁLICOS	METALÚRGICA	MECÂNICA	MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	MATERIAL DE TRANSPORTE
1990	-6,63	-7,35	-9,70	-11,93	-5,53	-15,30
1991	7,20	11,06	9,85	-3,56	7,91	10,39
Biênio 1990-91	0,09	2,90	-0,80	-15,07	1,94	-6,50
1992 (1)	8,31	8,69	13,48	9,21	1,71	4,76

PERÍODO DE REFERÊNCIA	PAPEL E PAPELÃO	QUÍMICA	PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	TÊXTIL	PRODUTOS ALIMENTARES
1990	-0,85	-6,59	-14,99	-8,61	3,73
1991	3,99	12,11	1,53	1,31	4,66
Biênio 1990-91	3,11	4,73	-13,69	-7,41	8,56
1992 (1)	9,34	18,14	-3,10	6,97	0,66

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (produção).
FIESP (emprego).

NOTA: Foram usados os dados de emprego da FIESP como representativos do emprego da indústria brasileira.

(1) Primeiro trimestre de 1992 frente ao primeiro trimestre de 1991.

Essa parece ter sido a forma de ajuste que as empresas adotaram diante de uma recessão que foi além de um simples impacto de curto prazo. Assim, alguns gêneros recuperaram as perdas do ano anterior e outros não lograram tal êxito. Destacam-se os casos de minerais não-metálicos, papel e papelão, química e produtos alimentares, com aumentos de produtividade no biênio 1990-91. Por outro lado, mecânica aparece com a maior queda de produtividade no biênio, seguido de produtos de matérias plásticas, têxtil e material de transporte.

Já o primeiro trimestre de 1992, frente ao mesmo período de 1991, mostra ganhos expressivos de produtividade para o total da indústria e para a maioria dos gêneros, o que se explica pelo movimento comentado no início do texto a respeito dos aumentos de produção em contraposição às quedas no emprego. Porém o fato mais grave em relação a esse tema é o resultado de várias pesquisas quanto à forma de adaptação à crise que as empresas têm adotado. Invariavelmente, as respostas apontam no sentido **irreversível** de uma reorganização interna da produção através do corte de postos de trabalho, mudanças na estrutura hierárquica e, ainda, incremento do processo de terceirização, com as empresas passando muitas vezes a contratar externamente serviços dos próprios ex-funcionários, como na área de manutenção, por exemplo.

A incidência de respostas nesses sentidos é tão expressiva que já é possível falar-se em uma tendência de reorganização da produção naqueles moldes. Se é que, do ponto de vista privado, a crise está cumprindo seu papel positivo, nitidamente expresso nos incrementos de produtividade, há que se pensar na questão social que essa forma de ajuste implica e em seus reflexos sobre as demais variáveis macroeconômicas. Essa questão, além de não estar sendo sequer bem discutida, vai exigir brevemente um posicionamento dos diversos segmentos interessados.

Elevada utilização de capacidade durante a crise

Outro aspecto que chama atenção ao se examinarem as variáveis habituais da análise de conjuntura é o percentual de utilização da capacidade instalada no biênio 1990-91. Em certa medida, a observação dessa variável pode ser relacionada com a discussão feita anteriormente, pois verifica-se que, com exceção dos gêneros mecânica e têxtil, no ano de 1991 ocorreu uso mais intenso das plantas. Porém o que causa admiração é que, diante da profundidade da crise atual, os percentuais de utilização de alguns gêneros são relativamente altos. A Tabela 2, que traz as médias anuais dessa variável — que é pesquisada trimestralmente —, mostra que os valores do ano de 1991 não se colocam tão abaixo dos de 1986, ano atípico pelos altos níveis de produção e consumo propiciados pelo Plano Cruzado. Assim, tomando-se 1986 como um ano de pico recente, portanto apropriado para a comparação, observa-se que gêneros como material de transporte, papel e papelão, química e produtos alimentares apresentaram, em 1991, percentuais bastante altos. Por sua vez, minerais não-metálicos e metalúrgica situam-se num patamar um pouco inferior, mas ainda são dignos de destaque.⁵

É possível ir um pouco além na investigação e relacionar esse tema com o que foi comentado anteriormente, evidenciando que os gêneros aqui apontados são os mesmos que em 1991, ou no biênio 1990-91, tiveram importantes ganhos de produtividade e, ainda, que alguns deles são os que já conseguiram consolidar seu espaço

⁵ Deve-se considerar que o desaparecimento de algumas empresas no final dos anos 80 e no início do Governo Collor pode ter aumentado os percentuais de utilização médios dos gêneros, desde que se suponha que elas vinham trabalhando com percentuais abaixo da média, o que é razoável para empresas que acabaram fechando as portas. De qualquer forma, não deveriam ser essas as empresas mais representativas dos respectivos setores. Portanto, a distorção apontada deve ser pequena.

no mercado internacional. Exemplos típicos dessa situação são os gêneros química e papel e papelão, em primeiro plano, e metalúrgica, em segundo. Em situação oposta encontra-se o gênero mecânica, o que mais sofreu em termos de perda de produtividade e, igualmente, o mais sacrificado quanto ao percentual de utilização da capacidade instalada. Não se poderia esperar algo diferente, pois esse é o setor que produz máquinas e equipamentos, os bens ligados mais diretamente à expansão de capacidade, assunto proibido em economias sem projeto de crescimento.

Concluindo, parece claro que estão em marcha alguns ajustes da estrutura industrial brasileira, determinando setores que estão ganhando novos espaços e outros que sequer conseguem manter suas posições anteriores. É sabido que os períodos de crise se caracterizam por tais rearranjos, mas a velocidade com que os mesmos têm ocorrido a nível internacional — em função das mudanças tecnológicas — traz para o caso brasileiro atual a sensação clara de que algumas dessas perdas podem ser irremediáveis. Além dos prejuízos privados que estão envolvidos, é importante que a sociedade brasileira debata esse assunto, para que possa avaliar o novo país que está surgindo.

Tabela 2

Médias anuais de utilização da capacidade instalada da indústria de transformação no Brasil — 1979-91

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	MINERAIS NÃO-METÁLICOS	METALÚRGICA	MECÂNICA	MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	MATERIAL DE TRANSPORTE
1979	83,75	88,75	89,00	77,75	79,25	83,50
1980	83,75	90,50	89,25	80,00	79,25	86,00
1981	75,50	82,25	78,25	70,00	70,00	65,75
1982	75,50	82,25	78,25	70,00	70,00	65,75
1983	72,75	71,50	78,25	58,50	66,75	64,50
1984	75,67	68,00	86,33	68,33	70,33	65,33
1985	78,75	71,25	86,25	73,00	77,75	69,75
1986	83,25	79,50	87,50	80,00	83,00	79,00
1987	79,50	80,00	83,50	74,75	78,00	70,00
1988	79,25	79,00	85,50	74,00	73,75	75,50
1989	81,00	75,25	87,25	75,00	75,00	79,75
1990	71,25	64,75	71,00	64,50	67,25	66,25
1991	73,75	72,00	80,50	60,00	70,25	74,50

PERÍODO DE REFERÊNCIA	PAPEL E PAPELÃO	QUÍMICA	PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	TÊXTIL	PRODUTOS ALIMENTARES
1979	88,00	90,00	80,50	88,50	77,50
1980	91,25	87,00	81,75	89,50	75,25
1981	86,25	80,00	69,50	81,25	73,50
1982	86,25	80,00	69,50	81,25	73,50
1983	86,25	80,75	65,25	78,25	73,25
1984	88,33	81,67	68,00	83,67	73,33
1985	88,00	82,00	73,25	89,00	76,25
1986	91,00	86,00	85,50	90,75	73,00
1987	88,50	86,75	73,75	87,25	73,75
1988	87,00	86,50	69,25	86,00	71,00
1989	90,25	87,25	79,00	89,50	74,00
1990	83,00	79,25	65,00	81,25	73,75
1991	86,50	84,25	69,00	76,25	76,00

FORNTE DOS DADOS BRUTOS: FGV.

NOTA: Os valores de cada ano correspondem à média simples dos quatro trimestres.

O comportamento da indústria gaúcha

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul apresentou, nos primeiros meses do ano, um comportamento semelhante ao da indústria de transformação do Brasil, uma vez que se verificam, até abril, indicadores de crescimento, mas também não se têm elementos suficientes para acreditar na sustentação desse movimento. Contando com dados do IBGE somente para o primeiro trimestre do ano e do Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul (IDERGS) até abril, é possível afirmar que os resultados positivos da indústria estadual se devem, tal como no caso do Brasil, a uma fraca base de comparação — início de 1991 — e a uma participação importante da produção voltada para a exportação. A título de exemplo, veja-se a produção de calçados, que foi puxada pelas vendas externas, apesar da importante diminuição dos preços internacionais — algo próximo de 30% (GAZETA MERCANTIL, (6/8.6.92). São Paulo. p.3). Por sua vez, o setor de máquinas agrícolas, que contribuiu para uma expansão da produção do gênero mecânica de 35% no primeiro trimestre do ano, já tem mais de 10% de seu faturamento vinculado às exportações, principalmente para os países da América Latina.

É claro que, além dos fatores acima apontados, a boa safra agrícola foi responsável por um estímulo à produção, que, no caso específico da indústria gaúcha, pelo seu vínculo à base agropecuária, acaba tendo um peso especial. Assim, explica-se que os gêneros destacados neste início do ano sejam metalúrgica, mecânica, produtor de máquinas agrícolas e que demanda insumos metalúrgicos, química, pela participação dos adubos e fertilizantes, e, por fim, fumo. Não obstante já é possível verificar que os efeitos positivos diretos da safra agrícola tiveram sua influência maior até o mês de março, passando a enfraquecer a partir de então. Isso é o que demonstram os relatórios do IDERGS para março e abril, pois, no primeiro mês, os gêneros mecânica e química são arrolados na lista dos que aumentaram o percentual de utilização da capacidade instalada e, em abril, já constam como tendo reduzido aquele percentual.

Seguindo a idéia de um movimento semelhante ao da média da indústria nacional, a indústria gaúcha também tem apresentado quedas constantes no nível de emprego, a despeito dos aumentos eventuais de produção. Esse tema da comparação entre a evolução do comportamento do emprego e da produção conduz à verificação dos ganhos e perdas de produtividade, tal como se fez no caso da indústria brasileira para o período do Governo Collor.

A Tabela 3 apresenta as variações da produtividade por gêneros da indústria gaúcha nos anos de 1990 e 1991 e para o primeiro trimestre de 1992 frente à igual período do ano anterior. Mesmo que para o total da indústria gaúcha se observe um movimento semelhante ao da média nacional, é possível assinalar que as variações por gênero não são tão uniformes como no caso do Brasil, pois, para o primeiro ano do novo Governo, alguns setores tiveram ganhos de produtividade não desprezíveis, como nos casos de material elétrico e de comunicações e de material de transporte. Já em 1991, contrariando o movimento geral das indústrias nacional e regional, esses mesmos dois gêneros mostraram quedas de produtividade, acompanhados por química. Isso sugere que as características especiais desses setores a nível regional levaram a uma forma de ajuste diferente da média da indústria gaúcha e de seus congêneres a nível nacional.

Tabela 3

Taxa de variação anual da produtividade na indústria de transformação gaúcha — 1990/92

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	METALÚRGICA	MECÂNICA	MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	MATERIAL DE TRANSPORTE
1990	-6,48	-7,95	-20,92	10,10	9,64
1991	5,40	13,33	0,40	-8,15	-16,99
Biênio 1990-91	-1,42	4,32	-20,61	1,13	-8,99
1992 (1)	10,31	33,34	40,93	-20,85	-22,37

PERÍODO DE REFERÊNCIA	BORRACHA	QUÍMICA	VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS	PRODUTOS ALIMENTARES	BEBIDAS	FUMO
1990	-4,87	0,72	-5,06	-0,02	-13,34	0,99
1991	4,43	-5,09	2,64	27,75	15,09	21,38
Biênio 1990-91	-0,66	-4,41	-2,55	27,72	-0,26	22,59
1992 (1)	14,77	15,44	3,48	-2,82	24,40	-10,22

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (produção).
IDERGS (emprego).

(1) Primeiro trimestre de 1992 frente ao primeiro trimestre de 1991.

Também quando se toma em conjunto o biênio 1990-91, a indústria gaúcha apresenta resultados distintos dos nacionais. Ainda que os dados disponíveis apenas possibilitem a comparação em seis gêneros, só há coincidência de ganhos ou perdas com taxas semelhantes em mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte. Em metalúrgica e produtos alimentares, o Rio Grande do Sul obtém ganhos mais expressivos; e, em química, há uma reversão de resultados, com a indústria gaúcha apresentando queda e a brasileira, aumento de produtividade.

Permanecem as distinções quando se chega ao primeiro trimestre de 1992, pois a maioria dos gêneros havia apresentado ganhos a nível nacional, enquanto, no Estado, apesar do movimento geral semelhante ao brasileiro, material elétrico e de comunicações, material de transporte, produtos alimentares e fumo tiveram variações negativas de produtividade. Tais variações foram bastante expressivas nos dois primeiros gêneros, refletindo diminuições importantes de produção. Em contrapartida, os gêneros gaúchos metalúrgica e mecânica tiveram aumentos de produtividade bastante superiores às respectivas médias nacionais, também como resultado de fortes variações da produção.